



DISPENSA EMERGENCIAL Nº 02/2026 EDITAL DE DISPENSA

O Município de Ribeirão Cascalheira-MT, com sede na Avenida Padre João Bosco nº 2067, no Bairro Centro, na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.404.669/0001-65, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos artigo 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Municipal n. 2375/2023 e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES:
DIA 09/03/2026 às 9h:00min.

REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRÁSÍLIA

ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:

Será realizado de forma eletrônica, por meio do sistema eletrônico de licitações (**Licitanet**). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o: (<https://licitanet.com.br/>)

LINK DO EDITAL: <https://www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br/sic-licitacao/sic-dispensa/1711-dispensa-de-licitacao-2026>

1. DO OBJETO

1.1. A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT, em conformidade com art. 75, inciso VIII da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pretende realizar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL PARA: (I) ELABORAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL INICIAL DA ÁREA - MCA 1, CONFORME ABNT NBR 16210:2013; E (II) ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR, CONFORME ABNT NBR 15515-1:2011, REFERENTES AO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT.**

1.2. Os serviços serão prestados no Município de Ribeirão Cascalheira. Conforme especificações no Termo de Referência.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1. O preço máximo admitido para execução dos serviços é de R\$ 42.261,66 (quarenta e dois mil duzentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos).

Os valores que permanecerem acima ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL** do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) nos Elementos Técnicos Instrutores serão desclassificados”.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

a. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



Reduzido		490
Órgão	14	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade	001	Divisão de Meio Ambiente
Função	18	Gestão Ambiental
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	0003	Administração Geral
Atividade	21063	Manutenção encargos Com os Serviços de Proteção ao Meio Ambiente
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso		1500

4. SISTEMA DA DISPENSA ELETRÔNICA:

A Dispensa será realizada por meio do sistema eletrônico de licitações (**Licitanet**). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o: (<https://licitanet.com.br/>)

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://licitanet.com.br/> e <https://www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br/sic-licitacao/sic-dispensa/1711-dispensa-de-licitacao-2026>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação Uglénia Vieira Barros Bueno, designada pela Portaria Nº 226/2025, servidora do Município de Ribeirão Cascalheira.

4.1. Os Licitantes deverão obedecer ao critério de julgamento da proposta no sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal (**Licitanet**), que será o preço total da licitação, não ultrapassando o máximo fixado.

4.2. A disputa por disputa no sistema Licitanet envolve lances públicos e sucessivos (abertos), permitindo acompanhamento em tempo real, envio de lances automáticos (robô interno) e intervenção manual. O sistema foca na transparência, mostrando o chat com o pregoeiro/Agente de Contratação, classificação, relatórios e permite a automatização segura de lances, diferenciando-se pela estabilidade técnica.

4.3. Outros esclarecimentos podem ser solicitados pelos outros canais de atendimento abaixo:

E-mail: licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br

Telefones: (66) 9.9649-9163

Endereço: Av. Padre João Bosco, nº. 2.067, Centro – CEP 78675-000, Rib. Cascalheira/MT.

O atendimento será feito no horário das 7h às 13h de segunda a sexta.

4.4. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

4.4.1. **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

4.4.2. **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;**

4.4.3. **ANEXO III –DECLARAÇÃO UNIFICADA;**

4.4.4. **ANEXO IV –MINUTA DO CONTRATO;**

5. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

5.1. Se verificado na dispensa eletrônica que não houve participação de ME, EPP e MEI, o objeto será conferido a outras empresas participantes, desde que seja demonstrada a vantajosidade da proposta escolhida.

5.2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará perante o sistema



eletrônico provido pelo(a) Licitar Digital, disponível no endereço eletrônico licitardigital.com.br.

5.2.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos na plataforma utilizada para acesso ao sistema e operacionalização.

5.2.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

6.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

5.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s)anexo(s);

5.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente; 5.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento, de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.3.5. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde



que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

5.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Habilitação Jurídica, Fiscal, Econômica, Financeira e Técnica:

6.1.1. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

6.1.2 Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Cartão CNPJ;

6.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.4. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.1.5. Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

6.1.6. Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

6.1.7. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

6.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.1.9. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

6.1.10. Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m), aptidão para execução de serviços equivalente ou semelhante com objeto a ser contratado

6.1.11. Registro da empresa no CREA;

6.1.12. Registro do(s) responsável(is) técnico(s) no CREA;

7. DECLARAÇÕES EXIGIDAS

Será exigido para fins de habilitação as seguintes declarações:

a) Declaração de modelo de proposta (anexo II);

b) Declaração unificada (anexo III);

8. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

8.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

8.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o



caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

8.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

8.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços; 8.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

8.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.8.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

8.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.8.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

8.8.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

8.8.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.8.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em



seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º o fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.8. Fica facultado ao fornecedor, desde que possível tecnicamente na plataforma ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, caso a plataforma permita esta função.

8.9.8. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

8.9.9. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

8.9.10. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9.11. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

9. FASE DE LANCES

9.1. A partir da data e horário estabelecidos neste aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

9.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2.1. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento adotado no preâmbulo deste aviso.

9.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

9.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 5% (cinco por cento).

9.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

9.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá como valor de sua proposta.

9.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

9.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



9.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

10. DA PROPOSTA DE PREÇO E JULGAMENTO

10.1. Encerra da a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

10.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

10.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

10.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

10.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

10.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.5.1. Contiver vícios insanáveis;

10.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

10.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.6. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, conforme regulamento adotado, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

10.6.1. Não tiver em sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.6.2. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

10.6.3. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

10.6.4. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

10.6.5. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

10.6.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;



10.6.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.6.8. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.6.9. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

11. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

11.1. São as dispostas no Capítulo II do Título IV da Lei 14.133/2021.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Ribeirão Cascalheira - MT até 30 (trinta) dias após a emissão e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, bem como após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

12.2 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12.3 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

12.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Ribeirão Cascalheira - MT.

12.5 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.



12.6 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

12.7 Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Ribeirão Cascalheira - MT procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional.

12.8 Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

12.9 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao prestador.

12.10. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Ribeirão Cascalheira - MT.

13.DA CONTRATAÇÃO

13.1.Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2.O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital de Dispensa.

13.2.1.O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3.O prazo de vigência da contratação é de 270 (duzentos e setenta) dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este edital de Dispensa.

13.4.Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.DAS SANÇÕES

14.1.Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:



- 14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 14.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da abertura dos envelopes.
- 14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. O fornecedor
- a) Advertência pela falta do subitem 14.1.4 e 14.1.7. deste edital de dispensa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 14.1.8 a 14.1.9;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.4 e 14.1.7, deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens b, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, a obrigação de



reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6.A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7.Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.8.A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. No caso de o procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

15.1.1. republicar o aviso de contratação direta;

15.1.2. fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação;

15.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas, tudo devidamente justificado.

Parágrafo único. O disposto nos itens 15.1.2 poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

15.3.Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

15.4.Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.5.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.6.Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento, observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

15.7.No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.8.As normas disciplinadoras deste edital serão sempre interpretadas em favor da



ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9.Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

15.10.Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

Ribeirão Cascalheira-MT, 02 de março de 2026.





Anexo I do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Projeto Ação-Projeto/Atividade: 011/2026-DE/RC

Projeto: Estudos Ambientais Aplicados ao Cemitério Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – ITEM 10 SEMA – MCA 1 E AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Contratação de serviços especializados de engenharia ambiental de Elaboração do Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1, de acordo com a ABNT NBR 16210:2013, e do Relatório da Avaliação Preliminar, conforme ABNT NBR 15515-1:2011.

Município: Ribeirão Cascalheira-MT

Local e Data: Av. Padre João Bosco esquina c/ Rua Curitiba, Quadra 62, Setor Alvorada, Zona Urbana, Ribeirão Cascalheira – MT, Coordenadas: 12°56'50.59"S/ 51°49'41.81"O

Coragem para mudar!

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028



1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços especializados de engenharia ambiental para: (I) elaboração do Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1, conforme ABNT NBR 16210:2013; e (II) elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar, conforme ABNT NBR 15515-1:2011, referentes ao Cemitério Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT.

1.2. A execução deverá observar a edição indicada e/ou a versão vigente das normas supracitadas adotadas pelo órgão ambiental competente, bem como a Resolução CONAMA nº 335/2003 (licenciamento ambiental de cemitérios) e demais normas ambientais aplicáveis.

1.3. Demanda sob gestão e solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente vinculada à Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT, conforme as condições e especificações previstas neste Termo, por meio de processo licitatório..

2. INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

Solicitante Responsável:	Secretaria de Meio Ambiente
Localização:	Av. Padre João Bosco esquina com Rua Curitiba, Quadra 62, Setor Alvorada, Zona Urbana, Ribeirão Cascalheira – MT
Coordenadas Geográficas:	12°56'50.59"S / 51°49'41.81"O
Regime de Contratação:	indireta
Regime de Execução:	empreitada por preço global (EPG)
Regime de Medição:	por etapa concluída em empreitada por preço global (EPG), (ou por Eventos de Entrega).
Julgamento da proposta:	menor preço
Permite participação de Consórcios ou empresas estrangeiras:	a definir no edital pela Gestão e Departamento de Licitações, mediante justificativa técnica e administrativa, observada a ampliação da competitividade quando possível
Permite Subcontratação:	sim, somente para as atividades consideradas acessórias ao objeto principal, para as quais não são exigidas qualificações técnico- profissionais, até o limite de 30%, mediante autorização prévia da Secretaria responsável



Orçamento estimado no balizamento de preço:	R\$42.261,66 (quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais, e sessenta e seis centavos)
Referência de Preços/ Data Base Orçamentária:	cotação de preços por se tratar de serviço exclusivo – com data base em janeiro/fevereiro de 2026
Tipo/modalidade do certame:	a ser definido pela Gestão junto com o Departamento de Licitações, após parecer contábil e jurídico, além de anuência e solicitação da Prefeita, com critério de julgamento: menor preço global.
Desapropriações:	Não há necessidade de desapropriação por se tratar de serviços executados em terreno próprio
Serviço contínuo:	Não
Relação de Índices Contábeis para qualificação econômico- financeira):	deve atender ao §2º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007, para os devidos efeitos, declarar concordância com a utilização desta Relação de Índices Contábeis exigidas para fins de qualificação econômico-financeira e apresentar os documentos elencados.
Condição de Serviço/ Bem comum:	O serviço a ser contratado apresenta padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente, por meio de especificações usuais praticadas pelos órgão competentes e Normativas Pertinentes, se enquadrando no estabelecido pela Súmula 257/2010 onde o uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, podendo, portanto, ser licitado também na modalidade de pregão, junto à avaliação do Departamento de Licitações, após parecer contábil e jurídico, além de anuência e solicitação da Prefeita.

3.JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028

3.1 O objeto da presente contratação, relativo aos supracitados serviços de engenharia ambiental para o Cemitério Municipal, se justificam pela necessidade de atendimento às exigências técnicas dos órgãos ambientais competentes, que determinam a apresentação do Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1 e do Relatório da Avaliação Preliminar, como instrumentos técnicos essenciais para a caracterização ambiental do Cemitério Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, objetivando a regularização ambiental do equipamento público afim de garantir a conformidade com as normas



ambientais vigentes, mitigar impactos ambientais e assegurar a saúde pública e a preservação do meio ambiente.

3.2. A elaboração destes estudos visa identificar potenciais fontes de alteração ambiental, avaliar as condições do meio físico e ambiental, e subsidiar a Administração Pública Municipal na tomada de decisão quanto às providências administrativas e ambientais cabíveis.

3.3. Considera-se, ainda, que está Secretaria não dispõe de corpo técnico especializado, mão de obra e estrutura operacional suficientes para a execução direta dos serviços, tornando necessária bem como justificável a contratação de empresa especializada ou profissionais habilitados.

4 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 As despesas correrão por conta da dotação:

Reduzido: 490

Órgão/Unidade Orçamentária: 14- Secretaria Municipal de Meio Ambiente

001-Divisão Meio Ambiente

Função/Subfunção: 18- Gestão Ambiental

541- Preservação e Conservação Ambiental

Programa/Ação: 003- Administração Geral

Ação: 21063 Manutenção encargos Com os Serviços de Proteção ao Meio Ambiente

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recursos: 1500

5 LOCALIZAÇÃO:

a. Coordenadas Geográficas: 12°56'50.59"S / 51°49'41.81"O.

b. Endereço: Av. Padre João Bosco esquina com Rua Curitiba, Quadra 62, Setor Alvorada, Zona Urbana.

c. Município: Ribeirão Cascalheira-MT.

d. Bacia Hidrográfica: Bacia do Rio Araguaia.

e. Recursos Hídricos: Ribeirão Bonito.



Planta de Localização:

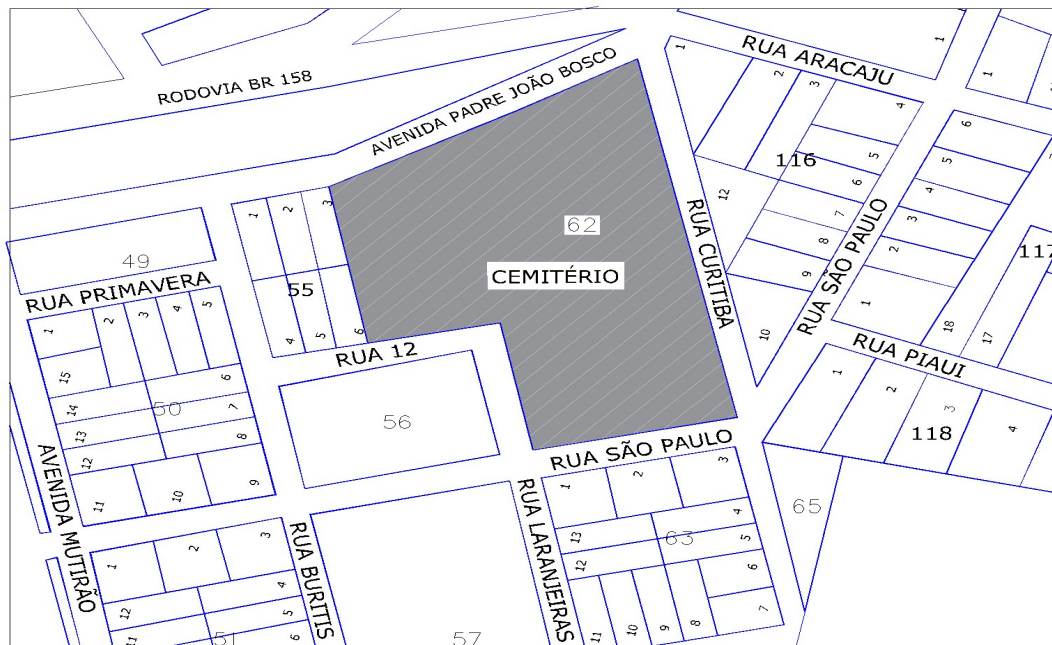


Fig. 1 - Planta de Situação



Fig. 1 – Localização



6 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1 Apresenta-se neste projeto/atividade 011/2026, sob solicitação e responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, de elaboração do Departamento de Engenharia Municipal, **1 (um) item**, sendo objeto **Contratação de Serviços Engenharia Ambiental de Elaboração do Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1**, de acordo com a ABNT NBR 16210:2013, e do **Relatório da Avaliação Preliminar**, conforme ABNT NBR 15515-1:2011 para tomada de decisão relativo a solução ambiental do Cemitério Municipal, os quais contemplam os seguintes serviços:

6.2 Avaliação Preliminar (NBR 15515-1:2011)

f. Apresentação do Serviço:

- Consiste no levantamento histórico e diagnóstico inicial da área com classificação quanto a identificação e existência de indícios de contaminação, focado no entendimento do uso passado e atual do imóvel para mapear possíveis passivos ambientais;
- Consolidação de dados de campo e gabinete;
- Conclusões técnicas e recomendações administrativas.

g. Especificações Técnicas:

- Levantamento de Dados: Coleta de documentos históricos, plantas, fotos aéreas multitemporais e processos de licenciamento.
- Inspeção de Reconhecimento (Vistoria): Visita técnica detalhada para identificar pontos de armazenamento de químicos, tanques, depósitos de resíduos e evidências visuais (manchas no solo, vegetação morta).
- Entrevistas: Realização de questionários com funcionários antigos e vizinhos para obter informações sobre incidentes passados.
- Meio Físico: Descrição da geologia, hidrologia e uso do solo no entorno (raio de 1.000m).

h. Produto Esperado:

- Relatório de Avaliação Preliminar: Documento consolidado contendo o histórico de ocupação, inventário de Substâncias Químicas de Interesse (SQI) e mapa de fontes potenciais de contaminação.

6.3 Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1 (NBR 16210:2013)

i. Apresentação do Serviço:



- É a sistematização gráfica e textual das informações obtidas no Modelo Conceitual.
- O MCA 1 estabelece as hipóteses sobre como a contaminação pode se comportar no meio, considerando a definição dos meios físicos afetados;
- Identificação de receptores ambientais e humanos;
- Avaliação dos mecanismos de transporte e dispersão.

j. Especificações Técnicas:

- Integração de Dados: Cruzamento das fontes identificadas com as características geológicas e hidrogeológicas locais.
- Caminhos de Exposição: Identificação de como o contaminante pode migrar (via água subterrânea, ar do solo ou contato direto).
- Receptores: Mapeamento de bens a proteger (poços de abastecimento, rios, moradores, trabalhadores).
- Plano de Investigação Confirmatória: Com base no MCA 1, a empresa deve propor os locais exatos para futuras sondagens e instalação de poços.

k. Produto Esperado:

- Modelo Conceitual Inicial (MCA 1): Incluindo representação gráfica (mapas e seções esquemáticas) demonstrando a relação entre Fonte-Caminho-Receptor.
- Entregue impresso de forma oficial, e ainda em arquivos PDF's bem como arquivos editáveis em .docx, .DWG e qual mais estiver disponível, em mídia física, email ou compartilhamento em nuvem.

7 ENTREGÁVEIS, FORMATOS E PRAZOS

7.1 Prazo de execução dos serviços: 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, somando-se a este o prazo de 90 dias para recebimento definitivo dos serviços com total de 270 dias de prazo contratual.

7.2 Entregáveis mínimos:

Entregável	Conteúdo mínimo	Formato	Aceite
E1	Plano de Trabalho + cronograma + lista de documentos	PDF + DOCX	Aceite-Fiscal
E2	Relatório de Avaliação Preliminar (NBR 15515-1) + anexos	Aceite-Fiscal	Aceite-Fiscal
E3	MCA 1 (NBR 16210) + peças gráficas	PDF +	Aceite-



		DOCX + DWG/GIS (se aplicável)	Fiscal
E4	Pasta técnica: mapas, fotos, referências e bases utilizadas	PDF + arquivos fonte	Aceite- Fiscal

8 CRITÉRIOS OBJETIVOS DE ACEITE

8.1 O aceite de cada entregável dependerá do atendimento, no mínimo, aos seguintes critérios objetivos:

- Conformidade com o escopo e com as normas ABNT indicadas (estrutura mínima, conteúdos e anexos).
- Rastreabilidade: identificação das fontes consultadas e anexação/indicação dos documentos utilizados.
- Mapas e figuras com escala, norte, legenda e sistema de referência; consistência entre mapas e texto.
- Registro fotográfico organizado, com data/localização/descrição.
- Conclusões e recomendações coerentes com as evidências e com as incertezas declaradas.
- Assinatura do responsável técnico e emissão de ART/RRT quando aplicável.

9 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização será exercida por servidor designado pela contratante e nomeado por portaria, responsável pelo acompanhamento, verificação e aceite dos serviços.

9.2 A Contratada deverá indicar Responsável Técnico e preposto para comunicações formais.

10 MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 A medição será por entrega e aceite dos produtos, na forma definida em edital e contrato.

10.2 Sugestão de parcelas, podendo ser ajustadas no edital ou durante execução: 20% (E1), 50% (E2), 30% (E3+E4).



11 BALIZAMENTO DE PREÇOS

11.1 Foi realizado pela Secretaria de Meio Ambiente, pesquisa de mercado e elencados três orçamentos mais adequados e vantajosos para administração, gerando um preço médio com valor unitário global estimado de R\$ x. x, x, como apresentado no quadro a seguir:

<u>AVALIAÇÃO PRELIMINAR/ MCA1 – CEMITÉRIO – QUADRO DE CÁLCULO DE PREÇO MÉDIO</u>				
EMPRESA	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
MK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA – CNPJ: 52.606.325/0001-16	UN.	1,0	R\$32.250,00	R\$32.250,00
C.R.G CONSTRUÇÕES LTDA.-CNPJ/MF N.º 14.936.115/0001-05,	UN.	1,0	R\$34.535,00	R\$34.535,00
M&S CONSTRUCOES E PROJETOS - CNPJ: 50.250.689/0001-80	UN.	1,0	R\$60.000,00	R\$60.000,00
PREÇO MÉDIO:				R\$42.261,66

12 PROPOSTAS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

12.1 A proposta deverá conter metodologia, equipe, cronograma e planilha de formação de preço compatível com serviço técnico especializado (horas técnicas, deslocamentos, diárias, insumos cartográficos, custos indiretos), com justificativas.

12.2 Não se exige vinculação a SINAPI/SICRO/BDI, por se tratar de serviço predominantemente intelectual; a Administração poderá solicitar memória de cálculo e comprovação de exequibilidade.

12.3 A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:



- a. Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes deste Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, análogo a planilha orçamentaria, bem como o Cronograma.
- b. A formação de preços deverá ser apresentada em planilha compatível com serviço técnico especializado (horas técnicas, deslocamentos, diárias, insumos cartográficos e demais custos), com memória de cálculo e justificativas, permitindo a análise de exequibilidade.
- c. Poderá ser exigida memória de cálculo detalhada e demonstrativos de custos, sem vinculação obrigatória às bases SINAPI/SICRO, por se tratar de serviço predominantemente intelectual.
- d. O licitante deverá apresentar demonstrativo de despesas indiretas e tributos incidentes na formação do preço, inclusive identificação da alíquota de ISSQN aplicável, quando pertinente, para fins de transparência e análise de exequibilidade.
- e. Prazo de validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia.
- f. A licitante vencedora deverá obrigatoriamente enviar quadro com o valor de sua proposta, descrição do objeto e quantidades, com a planilha completa, incluindo também as suas composições de custo unitário dos serviços, conforme planilha orçamentaria de referência.

13 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1 A Prefeitura observará para que o Cronograma máximo por período esteja em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros e dotação orçamentaria nos exercícios seguintes.

13.2 O cronograma de atividades apresentado pela licitante representa as quantidades de serviços a serem executados pelo contrato e é o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

14 CRITÉRIOS OBJETIVOS DE ACEITE DE MEDIÇÃO



14.1 Atendimento ao escopo descrito e aos entregáveis previstos (Relatório de Avaliação Preliminar e MCA 1).

14.2 Conformidade com as normas ABNT indicadas e demais referências exigidas pelo órgão ambiental competente.

14.3 Rastreabilidade: indicação das fontes e documentos consultados, com anexos e referências.

14.4 Peças gráficas com escala, norte, legenda, sistema de referência e consistência com o texto.

14.5 Registro fotográfico e evidências de campo organizados, com identificação de local/data/descrição.

14.6 Conclusões e recomendações coerentes com os indícios e com as incertezas declaradas.

14.7 Relatórios assinados por responsável técnico habilitado e ART/RRT quando aplicável.

15 GARANTIAS CONTRATUAIS

15.1 Deverá ser apresentada a garantia na forma prevista no edital/contrato.

16 REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

16.1 O contrato será reajustado na forma prevista no Edital e no contrato.

17 SUBCONTRATAÇÃO

l. A critério exclusivo da Prefeitura, o contratado poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar o(s) objeto(s) acessório(s), sendo vedada para o objeto principal da licitação, desde que o limite estabelecido seja de 30% do valor total do contrato, e desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

m. entende-se por objeto principal da licitação aquele para o qual está se exigindo a qualificação técnico-operacional;

n. entende-se por objeto acessório na licitação aqueles definidos como sendo os residuais do objeto principal.



- o. Deverá ficar demonstrado e documentado que a subcontratação somente abrangerá etapas dos serviços sem maior relevância, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Termo, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.
- p. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante este Órgão, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.
- q. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre este Órgão e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Autarquia e a subcontratada, inclusive no que se refere a medição e pagamento direto a subcontratada.
- r. A prefeitura se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.
- s. Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas e formalizadas junto a Prefeitura, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento.
- t. A contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.
- u. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- v. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.
- w. As empresas subcontratadas também devem comprovar, que estão em



situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na administração pública.

- x. Admite-se subcontratação apenas de itens acessórios, vedada a subcontratação do núcleo técnico (Avaliação Preliminar e MCA 1), limitada a 30% do valor e mediante autorização formal.

18 DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A modalidade de licitação/contratação será definida pela Gestão e pelo Departamento de Licitações, conforme enquadramento e pareceres aplicáveis.

18.2 Todos os produtos integrarão o acervo técnico do Município.

VITÓRIA RÉGIA ALVES DE OLIVEIRA
Sec.^a de Meio Ambiente
CPF 941.734.001-87

LUIZ FERNANDO FERREIRA ALVES
Eng.^o Civil - CREA 1015255043 – D/GO
Elaboração de Termo

CASCALHEIRA
Coragem para mudar!

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA
DISPENSA Nº 002/2026
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO VIII DA LEI Nº 14.133/2021 e DECRETO
MUNICIPAL Nº 2.375/2023

Objeto: **Contratação de serviços especializados de engenharia ambiental para: (I) elaboração do Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1, conforme ABNT NBR 16210:2013; e (II) elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar, conforme ABNT NBR 15515-1:2011, referentes ao Cemitério Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT.**

1. PROPOSTAS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A proposta deverá conter metodologia, equipe, cronograma e planilha de formação de preço compatível com serviço técnico especializado (horas técnicas, deslocamentos, diárias, insumos cartográficos, custos indiretos), com justificativas.

Não se exige vinculação a SINAPI/SICRO/BDI, por se tratar de serviço predominantemente intelectual; a Administração poderá solicitar memória de cálculo e comprovação de exequibilidade.

A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes deste Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, análogo a planilha orçamentaria, bem como o Cronograma.

A formação de preços deverá ser apresentada em planilha compatível com serviço técnico especializado (horas técnicas, deslocamentos, diárias, insumos cartográficos e demais custos), com memória de cálculo e justificativas, permitindo a análise de exequibilidade.



Poderá ser exigida memória de cálculo detalhada e demonstrativos de custos, sem vinculação obrigatória às bases SINAPI/SICRO, por se tratar de serviço predominantemente intelectual.

O licitante deverá apresentar demonstrativo de despesas indiretas e tributos incidentes na formação do preço, inclusive identificação da alíquota de ISSQN aplicável, quando pertinente, para fins de transparência e análise de exequibilidade.

Prazo de validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia.

A licitante vencedora deverá obrigatoriamente enviar quadro com o valor de sua proposta, descrição do objeto e quantidades, com a planilha completa, incluindo também as suas composições de custo unitário dos serviços, conforme planilha orçamentaria de referência.

Observação: Os valores serão pagos até 30 dias, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Responsável.

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social; - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Ribeirão Cascalheira-MT, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável CPF: _____

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

*Deverá ser apresentada no papel timbrado da empresa.



ANEXO III DECLARAÇÃO UNIFICADA

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada à....., por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de dispensa nº /2026, declara, sob as penas da lei, que:

está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital; inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Local e data. _____

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028



ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO – CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 2.375/2023)

Contrato administrativo nº/....., que entre si celebram de um lado o Município de Ribeirão Cascalheira - MT e de outro lado XXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, com sede administrativa à Avenida Padre João Bosco, nº 2067, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal, Sr. ELZA DIVINA BORGES GOMES, doravante denominado “CONTRATANTE”, e do outro lado a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade RG sob nº XXXXXXXXXXXXX e CPF/MF sob nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominada “CONTRATADA”, tendo em vista o que consta no Processo em Referência..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 2.375/2023 , resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 02/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art 92, I e II da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Objeto da contratação:

Contratação de Serviços Engenharia Ambiental de Elaboração do Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1, de acordo com a ABNT NBR 16210:2013, e do **Relatório da Avaliação Preliminar**, conforme ABNT NBR 15515-1:2011 para tomada de decisão relativo a solução ambiental do Cemitério Municipal, os quais contemplam os seguintes serviços:

Avaliação Preliminar (NBR 15515-1:2011)

Apresentação do Serviço:

- Consiste no levantamento histórico e diagnóstico inicial da área com



classificação quanto a identificação e existência de indícios de contaminação, focado no entendimento do uso passado e atual do imóvel para mapear possíveis passivos ambientais;

- Consolidação de dados de campo e gabinete;
- Conclusões técnicas e recomendações administrativas.

Especificações Técnicas:

- Levantamento de Dados: Coleta de documentos históricos, plantas, fotos aéreas multitemporais e processos de licenciamento.
- Inspeção de Reconhecimento (Vistoria): Visita técnica detalhada para identificar pontos de armazenamento de químicos, tanques, depósitos de resíduos e evidências visuais (manchas no solo, vegetação morta).
- Entrevistas: Realização de questionários com funcionários antigos e vizinhos para obter informações sobre incidentes passados.
- Meio Físico: Descrição da geologia, hidrologia e uso do solo no entorno (raio de 1.000m).

Produto Esperado:

- Relatório de Avaliação Preliminar: Documento consolidado contendo o histórico de ocupação, inventário de Substâncias Químicas de Interesse (SQI) e mapa de fontes potenciais de contaminação.

18.3 Modelo Conceitual Inicial da Área – MCA 1 (NBR 16210:2013)

Apresentação do Serviço:

- É a sistematização gráfica e textual das informações obtidas no Modelo Conceitual.
- O MCA 1 estabelece as hipóteses sobre como a contaminação pode se comportar no meio, considerando a definição dos meios físicos afetados;
- Identificação de receptores ambientais e humanos;
- Avaliação dos mecanismos de transporte e dispersão.

Especificações Técnicas:

- Integração de Dados: Cruzamento das fontes identificadas com as características geológicas e hidrogeológicas locais.
- Caminhos de Exposição: Identificação de como o contaminante pode migrar (via água subterrânea, ar do solo ou contato direto).
- Receptores: Mapeamento de bens a proteger (poços de abastecimento, rios, moradores, trabalhadores).
- Plano de Investigação Confirmatória: Com base no MCA 1, a empresa deve



propor os locais exatos para futuras sondagens e instalação de poços.

Produto Esperado:

- Modelo Conceitual Inicial (MCA 1): Incluindo representação gráfica (mapas e seções esquemáticas) demonstrando a relação entre Fonte-Caminho-Receptor.
- Entregue impresso de forma oficial, e ainda em arquivos PDF's bem como arquivos editáveis em .docx, .DWG e qual mais estiver disponível, em mídia física, email ou compartilhamento em nuvem.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 270 (duzentos e setenta) dias contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS art. 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133/2021)

3.1. deverão ser executados no prazo de (.....) dias, conforme cronograma da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

3.2. O fiscal técnico do contrato será o(a) senhor(a), que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados.



4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Preço

5.1.1. O valor da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXX (XXXXXX)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.1.2. Para a efetivação do pagamento deverá ocorrer a apresentação da nota fiscal e o ateste, pelos fiscais do contrato, da realização de cada etapa prevista no subitem anterior.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

7.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.2.1. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



- e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- 7.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.4. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.2.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.2.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.2.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE (art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das



obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital, termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se



verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.12. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, a Contratante ou a terceiros;

10.1.13. Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, com pessoal de sua contratação necessário a execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos a legislação trabalhista, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

10.1.14. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com



as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação (incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública) e qualificações exigidas na Licitação.

10.1.15. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pelo CONTRATANTE;

10.1.16. Indenizar, prontamente, todos os danos que, por si, seus empregados ou prepostos venham a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros envolvidos ou não com a execução dos trabalhos;

10.1.17. Arcar com todos os ônus e riscos decorrentes do transporte dos materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal até o local onde serão executados os trabalhos contratados;

10.1.18. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo;

10.1.19. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

10.1.20. Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição; e solucionar os problemas que porventura venham a surgir, relacionados particularmente com a execução;

10.1.21. Todas as eventuais despesas da prestação objeto, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes, encargos, impostos, previsão inflacionária, taxa de administração, seguros, bonificações, materiais de uso, viagens, hospedagens necessárias, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer custos adicionais;

10.1.22. Observar todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência e Edital da licitação.

11. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º da Lei n. 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º da Lei n. 14.133, de 2021)
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 1% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
 - (2) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.
- (a) O atraso superior a 10(dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese



alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º da Lei n. 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n. 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n. 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei n. 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei n. 14.133, de 2021) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à



pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



- 1.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.2.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.

Reduzido		490
Órgão	14	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade	001	Divisão de Meio Ambiente
Função	18	Gestão Ambiental
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	0003	Administração Geral
Atividade	21063	Manutenção encargos Com os Serviços de Proteção ao Meio Ambiente
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso		1500

16. CASOS OMISSOS (art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensa da celebração de termo aditivo, na forma do art.



136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021)

18. É eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Ribeirão Cascalheira – MT, XX de XXXXX de 2026.

ELZA DIVINA BORGES GOMES
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHA
CPF:

TESTEMUNHA
CPF:

GOVERNO MUNICIPAL DE
**RIBEIRÃO
CASCALHEIRA**
Coragem para mudar!

ADMINISTRAÇÃO 2025/2028